



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 3/2022

(Mandato 2021/2025)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezassete de junho de dois mil e vinte e dois, realizada no Auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

Presidente – *Camilo António Morais*

Primeiro Secretário – *José Carlos Vasco Jecas*

Segundo Secretário – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram dezassete horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: *Ana Cristina Moura Xavier Fernandes; Luís Miguel Pereira Vaz; Sandra Cristina Baptista Matos; Manuel António Machado Carvalho; Cláudio Miguel Bento Trovisco; Lília Pereira da Silva; Daniela de Almeida Rebelo; João Nuno Ferreira Pires; Manuel da Conceição Silva Costa* que foram substituídos, respetivamente por *Beatriz Justo Lopes Pereira, Fernando Humberto Gomes, Dinis António Tiago Sarmento, Manuel Paulo Jorge Ferreirinha, Sandra Maria Esteves Nascimento Franco, José Luís Gonçalves Tomé Afonso, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Beatriz Isabel Mata Pires, João Pedro Teixeira Fragoso.* -----

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediu substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, *Sérgio David Ramos Borges*, que se fez substituir pelo Secretário da Junta, *João Batista Pinela.* ---

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, Sónia de Jesus Afonso Salomé, Paulo José Castro Rogão*, e os Vereadores em regime de não permanência, *Clementina Augusta Marçal Gemelgo e Edgar Manuel Rodrigues Fragoso.* ----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Verificada a lista de presenças, dela constavam 61 Deputados Municipais: *Camilo António Morais, Celina da Conceição de Sá Martins, Dinis António Tiago Sarmiento, Rogério Paulo Talhas Pires, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Manuel António de Sá Mico, Paulo Jorge Ferreirinha, Duarte Ferreira Dias, Vera Cristina Amaral Gabriel, Carlos Alberto Fernandes, Ilídio João Alves, Fernando Humberto Gomes, Beatriz Justo Lopes Pereira, Carlos Alberto Maravilha Azevedo, Maria Inácia Ferreirinha, Daniel Filipe Espírito Santo Ramos Pires, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Sandra Maria Esteves Nascimento Franco, Maria José Vieira Teodoro Moreno, Domingos José Ataíde Vaz, José Luís Gonçalves Tomé Afonso, José António da Silva Madalena, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, António João Alves Trovisco, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Amâncio dos Santos Rocha, Beatriz Isabel Mata Pires, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Manuel Jorge Machado Olaio, João Pedro Teixeira Fragoso, Francisco Inácio Alves Oliveira, José Carlos Vasco Jecas, Maria Adelaide Serra Carvalho, Andreia Isabel Morais Eugénio, José Manuel Fernandes, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Morais, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Miguel Ângelo Caseiro, João Batista Pinela, Ramiro Borges Valadar, Abel Francisco Paulos Rocha, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues, Jorge Orlando Pires Asseiro.* -----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, às atas das sessões ordinárias do dia vinte e quatro de fevereiro e de vinte e seis de abril de 2022. Não havendo nada a dizer foram submetidas a votação. A ata da sessão ordinária do dia vinte e quatro de fevereiro foi aprovada por maioria, com duas abstenções. A ata da sessão ordinária de vinte e seis de abril foi aprovada por maioria com cinco abstenções. -----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

Rogério Paulo Talhas Pires, membro eleito pelo PS que no uso da palavra referiu “Sabemos que o presente devia ter sido construído no passado e que o futuro tem que ser construído hoje” passando, este, pela vitalidade económica para que a economia seja realmente viva e que “valha a pena ter investido, e ter ficado no concelho”, referiu. Acrescentando que a vida



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Handwritten signature and initials in blue ink.

passa também pelo acesso à cultura, à educação, bem-estar, saúde, serviços, abordou a Escola de Negócios e questionou o Sr. Presidente da Câmara quanto à viabilidade da mesma e a possibilidade de esta vir a ministrar cursos de formação contribuindo, efetivamente, para trazer dinâmica ao concelho. Abordando o volume de obra em curso na sede de concelho, a existência de boatos quanto à falta de capacidade financeira da autarquia para as terminar e o fato de ter conhecimento de que algumas obras em curso têm sofrido alterações orçamentais, solicitou, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que o esclarecesse. -----

No uso da palavra, *José António da Silva Madalena*, membro eleito pelo PSD, iniciou a sua intervenção saudando, com pesar, o regresso da Feira de S. Pedro face à “pobreza Franciscana do programa da mesma. Espero que seja a última vez que tenha sido realizada nestes moldes. Uma feira genérica não é capaz de atrair público se não tiver um cartaz atrativo. Os expositores são cada vez menos e a função de dinamização da atividade económica, génese da criação da mesma, vai-se esfumando. Não podemos assistir passivamente ao declínio continuado da feira. É preciso repensá-la toda, torná-la mais temática, porventura vir a ser a grande mostra de uma agricultura moderna, sustentada da Região”, referiu. Congratulando-se pela atribuição do galardão bandeira azul às praias da Albufeira do Azibo e pela distinção da Quercus com o galardão de ouro da qualidade da água, alertou para a necessidade de cuidar da “galinha dos ovos de ouro”, uma vez que, em plena época balnear, as águas junto às praias estão cobertas de plantas aquáticas, que tornam a experiência de um banho em algo desagradável e até perigoso, receando que as temperaturas elevadas, a fraca pluviosidade e a proliferação destas plantas, venha a comprometer também a qualidade da água, existindo já comentários “de decepção por parte de veraneantes habituais do local”. Assim, perante os custos consideráveis e crescentes com a manutenção do espaço das praias e da área Protegida, o município, “que se encontra numa situação financeira difícil, devia já ter avançado com o estacionamento pago, ainda que a um preço acessível e isentando os munícipes”, finalizou. -----

A Deputada *Jacinta Lúcia Catarino Lopes*, porta-voz do grupo parlamentar do CDS, no uso da palavra, referindo-se à aceitação, por parte do município, da transferência de competências provenientes do poder central sem apresentação de estudos, questionou o Executivo sobre o impacto destas no orçamento e estrutura municipal. Referindo que a sociedade macedense tem vindo a caminhar no sentido de uma violência gratuita, evidente nos espaços com atividade noturna, no envolvimento da comunidade estudantil no consumo



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

de estupefacientes e na prática de atos ilícitos; no consumo de álcool em recinto escolar pelos jovens de 12 e 13 anos de idade, “sinais de grande preocupação a que assistimos de camarote e cruzamos os braços” questionou: “onde está o Executivo que aceita as novas competências e depois não é nada com ele?!. Alertando que dentro de alguns anos vamos pagar caro a não priorização da educação e da segurança, referindo, a título de exemplo o fecho do jardim-de-infância de Podence. “É assim que promovemos a educação, o território e as nossas aldeias”? Advertiu. -----

Usou da palavra o Deputado *Manuel Jorge Machado Olai*, porta-voz do grupo parlamentar “*Unidos por Macedo*” que endereçou elogios à Mesa da Assembleia, pela forma adotada para a exposição de assuntos e teceu críticas ao Sr. Presidente da Câmara e à “falta de acerto das horas e dias de marcação das sessões da Assembleia”, passando de imediato a abordar a questão que o moveu: A segurança. Neste âmbito, e referindo que Macedo é uma cidade segura, não o sendo à noite porque não há seniores na rua. Assim, “há noite há montras partidas, sinais vandalizados e dizem que são os jovens. Se são eles este é um grito de alerta que nós teremos de ouvir porque é apenas a ponta do iceberg. Os jovens precisam de tempo usado de forma criativa. Concordo com o campo de paddle e de basquetebol, mas a vídeo vigilância?! Essa vai ser a próxima coisa a ser vandalizada. Os jovens não gostam de vigilância e vai ser um erro”, frisou. No domínio da segurança congratulou o Sr. Presidente pelas obras de reabilitação do Quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR), que demorou dois anos a ser executado, cujo projeto já vinha do mandato do Dr. Duarte Moreno, que conferiu dignidade às infraestruturas, sendo que a dignidade é no reforço de efetivos, indagando o Sr. Presidente da Câmara Municipal quanto ao reforço do número de efetivos e à data em que acontecerá. “Vai ser pedido o patrulhamento de proximidade e isso precisa de mais elementos. Não vamos pedir aos mesmos homens que façam mais trabalho pelo mesmo dinheiro! Aí a dignidade perde-se”, frisou. -----

A deputada *Maria Inácia Ferreirinha*, eleita pelo PS e inscrita prescindiu do uso da palavra passando a palavra para o Deputado *Daniel Filipe Espírito Santo Ramos Pires*, porta-voz do grupo parlamentar do PSD, cuja intervenção seguiu o mote do encerramento do jardim-de-infância de Podence, com a apresentação de uma Moção, posteriormente sujeita a votação, que vinculou toda a bancada do grupo parlamentar que lidera, mas também dos grupos parlamentares do CDS-PPD e dos “Unidos por Macedo” passando a ler a moção. -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

*Far
Ceb*

A presente moção intitulada de “Moção Sobre a Decisão de Encerramento do jardim de Infância de Podence”, foi, depois de lida entregue ao Sr. Presidente da Assembleia, assinada pelos líderes dos grupos parlamentares subscritores, dá-se como transcrita e ficará apensa à presente ata. -----

O Deputado *Carlos Alberto Fernandes*, membro eleito pelo PS, no uso da palavra, alertou para uma informação errada que está a ser transmitida aos munícipes. “O Executivo não começa e deixa as obras a meio. Não é essa a forma de trabalharem. Exemplo disso são: a ciclovia que está terminada e com grande adesão pelos munícipes; o quartel da GNR está terminado e inaugurado e ressalvo que o protocolo não foi assinado pelo Presidente da Câmara anterior mas a 11 de janeiro de 2019 pelo Dr. Benjamim; a zona envolvente do Mercado Municipal está em fase de conclusão; a estação ferroviária está concluída e já tem alocado o Geopark; o Parque da Cidade está em fase de conclusão; o Bairro de S. Francisco está em fase de execução e dou os parabéns ao Executivo pela alteração estética de uma rotunda que provocava grandes constrangimentos aos camionistas com a implementação de uma solução que vem facilitar o trânsito”, esclareceu. Ainda em relação às obras em curso que “representam um grande esforço do Executivo, mas também de todos os contribuintes”, referiu, com avultados investimentos e que já apresentam sinais de vandalismo, questionou o Executivo quanto às medidas que pretende implementar para acabar com a vandalização dos espaços e garantir a segurança de equipamentos e infraestruturas. -----

Usou da palavra o Deputado *David da Silva Martins*, membro eleito pelo PSD, que deu início à sua intervenção com um alerta dirigido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, em relação à Estrada Nacional nº537, que “continua por reparar e cada dia que passa ficará mais cara ao município já que a estrada está literalmente a desfazer-se. Se a reparação não é possível coloquem sinalização a avisar que o piso está em mau estado ou cortem a estrada antes que haja um acidente”, sugeriu relatando que, na noite de 13 para o dia 14 de junho, na estrada Nacional nº 306 a maior parte da sinalização vertical aqui existente foi vandalizada, solicitou que sejam tomadas diligências no sentido de “apurar os responsáveis já que se trata de uma situação recorrente, que sai dos bolsos de todos, e que pode vir a causar acidentes provocados pela ausência de sinalização”.-----

A palavra foi passada ao Deputado *Ilídio João Alves*, membro eleito pelo PS, que referiu o “estado lastimável” em que se encontra a estrada que liga Soutelo Mourisco a Vilar D’Ouro,



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

recordando que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na Assembleia anterior teria referido que esta não era uma estrada prioritária, pediu” passe lá e depois diga-me que não necessita de ser reparada”. A propósito do encerramento o jardim-de-infância de Podence o Deputado pediu uma explicação plausível “á Sra. Vereadora responsável pela educação, aos elementos da Comissão da Educação, ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, dizer-lhes que ouvi muitas desculpas esfarrapadas quanto ao fecho do espaço e que há mais de 25 anos que os países desenvolvidos deixaram cair os Polos e regressaram aos jardins-de-infância das aldeias. Nós, passado 25 anos fazemos o percurso inverso”, acrescentou.-----

Maria José Vieira Teodoro Moreno, membro eleito pelo PSD, parafraseando intervenções anteriores, anuiu “sim, a história tem que se fazer do passado e com estrutura para o futuro e sem passado não há futuro”. Acenando com um documento, referiu estar na posse de um protocolo, assinado pelo Executivo anterior, em como as obras de requalificação do quartel da GNR era para avançar. “Não digo que não o tivessem deixado caducar para ser o Dr. Benjamim a assinar outro, e muito bem, mas está aqui e digo-vos o valor: 472 mil euros”, adiantou. De seguida, dirigindo-se a todos os elementos do Executivo “porque todos os Vereadores são também responsáveis” e a propósito da Albufeira do Azibo, processo que tem acompanhado, referindo o pioneirismo da autarquia em matéria de praias fluviais e os prémios arrecadados, sucessivamente, de bandeiras azuis, praia acessível, grau de ouro da Quercus, indagou os presentes “e o que temos? Um olhar tão pouco ambicioso. Ao longo dos anos, as nossas praias cresceram, afirmaram-se ao nível local, nacional e internacional, tudo fruto de um trabalho árduo dos Executivos anteriores e deste Executivo, mas a época balnear começou dia 16, ontem, anunciado com pompa e circunstância o acesso às praias sem restrições e com 30% de areal. Mas, há notícias que não são abonatórias. Exemplo disso é uma notícia da CNN onde os visitantes gabam a praia mas também referem a falta de cuidado e de limpeza”, referiu para salientar os vários problemas com que as praias da albufeira se deparam, sendo evidente o descuido e a inércia que está a dar espaço para que outras praias assumam o protagonismo e a preferência dos veraneantes, acautelando que, “em qualquer altura do ano a nossa joia da praia tem que estar apresentável aos olhos daqueles que nos visitam, com todas as condições para acolher e maravilhar, com a certeza de que passam a palavra, e voltam em maior escala. Nunca se esqueça que demoramos anos a construir uma boa imagem e em segundos essa imagem fica denegrida” apelando para que a autarquia prime “pelo cartão-de-visita que a nossa Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo se tornou ao longo dos anos, com todas as suas valências: praias, percursos pedestres e áreas de acolhimento. Temos de continuar a ser notícia sobre o que



somos e o que queremos ser. Para isso é necessário investir nos meios certos, com custos reduzidos e até com a prata da casa. Devemos tratar o espaço durante todo o ano e intensificar o cuidado no início da época balnear com atenção para que estes não coincidam com a abertura da mesma. Porque estar um veraneante a ir a banhos e um trator a retirar plantas não é possível”, adiantou. Para terminar a intervenção questionou o Executivo acerca das novidades programadas para a época balnear de 2022 com o objetivo de atrair visitantes às praias de modo a “proporcionar mais-valias a todos os que nos visitam e a todos os macedenses, de que forma pensa dinamizar a nossa urbe para quem a visita e para quem a habita e se as piscinas municipais, objeto de obras de requalificação, irão estar disponíveis ao público este verão. -----

A palavra passou para a Deputada *Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro*, membro do grupo parlamentar do PS que prescindiu da sua intervenção passando, de imediato a palavra para a Deputada *Beatriz Isabel Mata Pires*, membro do mesmo grupo parlamentar do CDS que, em jeito de desafio, apresentou à Assembleia uma proposta de criação de sessões de esclarecimento, ou “partilha de testemunhos, junto da comunidade escolar, principalmente daqueles que estão próximos de atingir a idade de voto”, sessões para todos, com foco na partilha de experiências por parte do Executivo e dos membros dos grupos partidários, com incidência sobre o percurso profissional, as motivações para ingressar na vida política, a forma como esta mudou a vida dos mesmos, os receios e os objetivos, por exemplo, mas sem qualquer conotação partidária, com o objetivo de desmistificar a atividade política junto dos jovens, transmitir conhecimento, mostrar o lado humano por trás de cada político e principalmente informar para” que um dia não tenham receio de assumir uma vida política ativa, já que são os jovens o futuro e uma camada importante no município que necessitam de encorajamento, motivação e oportunidade”, rematou.-----

No uso da palavra, o Deputado *Manuel António de Sá Mico*, porta-voz do grupo parlamentar do PS, iniciou a sua intervenção referindo a polémica do encerramento do jardim-de-infância de Podence, porque em “Política não vale tudo e a Carta Educativa feita em 2006 definiu em ata que ficavam abertos os jardins-de-infância de Morais e de Vilarinho de Agrochão. Entretanto, este último, foi fechado, pelos senhores que hoje estão aqui contra o encerramento do jardim-de-infância de Podence. Gostaria que me explicassem, por escrito, o motivo pelo qual o fizeram e me informassem dos procedimentos. Nesse ano fizeram uma coisa engraçada: fecharam Vilarinho de Agrochão e abriram Grijó, Podence e Vale da Porca e, nessa época, não houve uma palavra na Assembleia Municipal. Não podemos andar a brincar à política” advertiu. Desafiando os presentes a regressarem atrás e a explicarem o



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

motivo que levou ao encerramento do jardim-de-infância de Vilarinho de Agrochão. Atualmente “as crianças desta aldeia vão para Ervedosa, no Concelho de Vinhais, e para a Torre Dona Chama, no Concelho de Mirandela, mas esse facto não é motivo de preocupação, é o fecho da escola de Podence com uma solução a 11 kms que correspondem a 20 minutos de percurso”, reiterou. No âmbito da criação do Balção Único do Prédio (BUPI) que considerou ser um trabalho exemplar do município, mencionando o facto de noutros concelhos o registo ser efetuado nas freguesias, pediu ao Executivo, um esforço extra no sentido de adotar o mesmo procedimento no município de Macedo de Cavaleiros, de modo a facilitar o trabalho aos munícipes. Referindo-se à Feira de S. Pedro, congratulou o Executivo pelo cartaz do evento, integrado em maioria por artistas macedenses e a contenção orçamental, “não gastando os absurdos que antes eram gastos sem retorno equivalente ao investimento”, manifestou. Para terminar a intervenção o Deputado questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal quanto à transferência de competências do Estado para a autarquia e a relação custo/benefício das mesmas para o município.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *João Pedro Teixeira Fragoso*, membro eleito pelo grupo parlamentar “Unidos por Macedo”, que iniciou a sua intervenção com referência ao encerramento do jardim-de-infância de Podence “e às desculpas esfarrapadas” usadas para justificar o encerramento, “o supremo interesse da criança” ressaltando que a assiduidade neste infantário não era das melhores.” Tendo em conta que vamos obrigar as crianças a fazer mais kms, questiono, o Sr. Presidente da Câmara, se tem em vista alguma solução que contrarie a situação que pode agravar-se e deixar cair por terra a desculpa do supremo interesse da criança”, frisou. O Deputado questionou ainda a reabertura das piscinas municipais e a data para tal, e tendo pesquisado informação relativa às viagens gratuitas de autocarro para as praias da Albufeira do Azibo, e verificando que as mesmas só aconteceram a partir de 20 de julho, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se não seria possível iniciar este serviço antes da data anunciada. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado *Daniel Pires* que começou por refletir acerca do perfil do Deputado Municipal, cuja missão é validar ou questionar as decisões do Executivo, mas também a Sociedade onde se insere. “Não fomos eleitos para vivermos aqui como avestruzes”., referiu, assim e dentro da função de Deputados, e sentido de dever, e reforçando as intervenções anteriores em relação à questão da segurança, solicitou uma resposta eloquente para a temática da segurança na



cidade acrescentando que não conhece “nenhum pai, com filhos em idade de sair à noite, que permita que saiam de consciência tranquila. Alguma coisa se passa na noite de Macedo”, afirmou. “Aparecem montras partidas, atos de vandalismo, violência gratuita, agressões e, como já muitos aqui falaram hoje sobre o assunto, é porque o assunto é grave e exige uma resposta a sério e decisiva”, acrescentou. Abordou ainda a temática das piscinas, desta feita extensível a todas as infraestruturas desportivas existentes na cidade, para aconselhar o Executivo a ter um “veículo de informação mais assertivo e mais eficaz” de modo a veicular informação de forma direta. Considerando ser uma situação agravada pelos dois anos de pandemia, que promoveu o enclausuramento das crianças em que um terceiro ano seria demasiado gravoso para este público, não tendo conhecimento de um bom argumento que justifique a não abertura das Piscinas Municipais este ano. Em relação às restantes estruturas: campo de *paddle*, de basquetebol e de ténis, aconselhou o Executivo a definir as regras de abertura, de funcionamento e de controlo das mesmas podendo a falta destas vir a causar mal-entendidos. Para terminar a sua intervenção solicitou a data de abertura dos campos de *paddle*, desporto que gosta de praticar. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Ramiro Borges Valadar*, membro do grupo parlamentar do PS que motivado pela polémica do encerramento do jardim-de-infância de Podence, aproveitou para, “em sede própria” manifestar o seu desagrado e a sua posição contra o encerramento do mesmo. Referindo-se à manifestação que aconteceu no recinto desta escola, afirmou: “tive conhecimento da manifestação depois de acontecer e não estive presente porque ninguém me ligou. Se me tivessem ligado teria estado”, assumiu. “Também não tenho redes sociais, portanto não coloquei nenhum texto, como alguns fizeram com textos escritos por terceiros”, advertiu, prossequindo com referência a atitudes do passado, questionando: “o que foi feito quando encerraram os jardins-de-infância de Talhas, do Lombo, de Corujas, de Bagueixe e quando fechamos as escolas primárias do concelho?! O que fizemos nós? Sejamos honestos. Se no passado não fomos contra, somos agora? Se no passado nos calamos todos, falamos agora? As crianças das outras escolas não são iguais às crianças de Podence? Ou é uma questão de cor política e a cor anterior não permitia manifestações de opinião? Sejamos contra mas sem cor política, aqui a cor é secundária e já provei que para mim a cor é secundária e vou continuar a prová-lo. Vamos todos tentar para que o espaço não encerre mas se for motivado pela cor não contem comigo. Quando o jardim-de-infância de Lagoa fechou não se ouviu um ai. Para agravar a situação, tomei conhecimento que o jardim-de-infância de Podence só tinha uma criança da



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

aldeia, as restantes são de Ferreira, Murçós e das Arcas. E quando permitimos que fossem fechados os infantários de Ferreira, Murçós e das Arcas? O que fizemos? “Questionou. -----

O Deputado *João Manuel Rodrigues Alves*, membro eleito pelo PS e presidente da União de Freguesias de Podence e Stª Combinha, no uso da palavra, referindo a centralidade da polémica passou de seguida a ler um documento onde diz ter “reposto a verdade dos factos de uma fotonovela que nada teve a ver com o encerramento do Jardim-de-infância de Podence”. Aludindo à manifestação como “um borburinho de tentativa de aproveitamento político do PSD”. O discurso apresentado dá-se como transcrito, ficando uma cópia do mesmo, facultada pelo autor, apensa à presente ata. -----

Por motivos que se prendem com a gestão do tempo disponibilizado para os grupos parlamentares a intervenção do Deputado *João Alves* foi interrompida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal que solicitou que o mesmo continuasse no período seguinte de intervenções. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para que este procedesse aos esclarecimentos solicitados e para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por referir “concordo com o futuro que se faz hoje. Concordo que não há futuro sem cultura aliás, por esse motivo assumi o pelouro” afirmou em resposta ao Deputado *Rogério Pires*. “Há de facto que dinamizar a economia e posso prometer que vamos apostar, o mais possível na atividade cultural. Já mostramos que é uma prioridade do Executivo. Quanto à capacidade financeira vou pedir ao Vereador *Paulo Rogão* que nos faça uma resenha dos custos e dos pagamentos das nossas obras. Posso dizer, para vos tranquilizar, que muitas estão já pagas na totalidade, algumas a 85% e outras a 90% dos montantes totais. Ou seja, em média faltam cerca de 10 a 15% dos valores para pagar e que temos saúde financeira para o fazer”, adiantou. -----

Referindo-se ao Ensino Superior, nomeadamente às pós-graduações, a “Escola de Negócios vai avançar com duas pós-graduações, com dois temas pertinentes: a gestão pública e a transição digital” Adiantou, ainda, que abriu um Aviso, destinado a três Centros Tecnológicos sendo que o Executivo vai candidatar-se à atribuição de pelo menos um, sendo que a decisão será do âmbito da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM). -----



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

Quanto à intervenção do Deputado *José Madalena*, no que à Feira de S. Pedro diz respeito, “o cartaz, ao contrário do que dizem, não é assim tão pobre. Se assim fosse não teria esgotado o espaço para os expositores. Reuni hoje com o Sr. Presidente da Associação Comercial que me disse: que pena não termos mais espaço porque este ano teríamos um record de expositores. Vamos ver como corre. O programa é modesto e é-o com motivos. Não sabíamos o que ia acontecer até porque estava previsto um novo surto da pandemia para esta altura. O Executivo não contemplou verba em orçamento para a feira e foi necessário sermos criativos. No ano anterior tínhamos previsto, em acordo com a Associação Comercial, um orçamento acima dos duzentos mil euros, para a edição deste ano temos um orçamento correspondente a 1/5 desse valor. Ainda posso adiantar que, não fosse uma despesa com a qual não contávamos, e que diz respeito a juros perdidos relativos aos anos de 2011 e 2012, que tivemos de ajustar no orçamento, no valor de 168 mil euros, e teríamos uma verba superior. Assim, a opção foi uma feira mais modesta, à nossa imagem, porque gosto de gerir o município como se fosse a minha casa. As festas foram pensadas para satisfazer todos os públicos. Temos a homenagem ao Roberto Leal, um compromisso nosso que será um momento digno, com um espetáculo trazido pelo filho do homenageado, um evento à escala nacional. Depois vamos trabalhar com as associações e com as instituições por isso foi dado um dia à Rádio Onda Livre, completamente autónomo, que irá ter um espetáculo popular, à imagem da mesma, e com as nossas associações que também merecem palco. Ou seja, vamos mostrar tudo o que temos de bom, sendo nossa obrigação dar o palco aos nossos artistas genuínos. Posso até estar errado, mas prefiro gastar dinheiro em balcões da Saúde 24 de apoio às freguesias, com recursos humanos disponíveis para atender os nossos idosos que precisam de alterar e gerir consultas e medicações. E essa é uma opção do Executivo e por isso transferimos verbas para as juntas de freguesia. Ainda ontem, em reunião no Ministério da Saúde, nos foi dito que estamos a ser pioneiros em matéria de saúde e vamos continuar a sê-lo a nível nacional com bons serviços médicos de proximidade no apoio às pessoas idosas das nossas aldeias. Esta foi a minha opção. Para o ano teremos uma festa como os macedenses gostam”, disse. -----

Quanto à referência ao estacionamento pago na Albufeira do Azibo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu ser um dos objetivos do Executivo, estando em fase de negociação a aquisição de terrenos para o mesmo, acrescentando que é do domínio público que esta fase está em curso há dois anos. “Temos projeto com limitações impostas pela CCDR-N por causa da área Protegida da Albufeira, mas este é um projeto para avançar. Há 15 dias estive num Congresso de Praias Continentais onde coloquei esta questão. Foi-me



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

dito que há praias onde cobram por parque até 10 euros por dia. Nós só precisamos de um euro e com ele a garantia de que teremos as praias limpas e bem cuidadas o ano todo porque a nossa Albufeira não são só praias, é uma zona ambiental única, por isso temos três selos Unesco. Assim, acredito que em breve conseguiremos resolver a questão do estacionamento. Quanto às plantas aquáticas, aqui referidas várias vezes, essa é uma questão que não podemos controlar e que está associada às alterações climáticas. As plantas estão a ser removidas e vamos continuar a fazer esse trabalho de manutenção.”, adiantou. -----

Em resposta à intervenção da Deputada *Jacinta Lopes* referiu estarmos a atravessar uma fase de alguma violência gratuita. Não entendendo a necessidade dos nossos jovens vandalizarem sinais, considerando ser necessário limitar o consumo de álcool e outras coisas. “Sei que está a ser feito um bom trabalho nas Escolas, também de investigação por parte das autoridades, devendo haver algum ajuste no patrulhamento. Tem havido reuniões de trabalho entre as autoridades e o Sr. Vereador responsável pela Proteção Civil. Estamos a trabalhar no sentido de conseguir um aumento do efetivo de agentes de autoridade e, quem esteve na Inauguração do quartel ouviu o meu discurso, a pedir ao Sr. Ministro que aumentasse o nosso efetivo. Já temos a garantia, dada pelo Sr. Comandante-Geral, que alguns dos recrutas das novas formações serão deslocalizados para Trás-os-Montes. Também lhe foi pedido que colocassem aqui forças específicas porque, neste momento, o nosso quartel, é capaz de ser o melhor quartel de Trás-os-Montes: Amplo, funcional, moderno e podemos acolher até um departamento de investigação ou a divisão de intervenção rápida. Isto é uma possibilidade e acredito que vai acontecer, porque não vou desistir. -----

O assunto do vandalismo, não é responsabilidade nossa. A minha filha já saiu à noite e apesar da irreverência não acontecia nada do que se passa agora. Tenho tido notícias de atos de vandalismo provocados por pessoas que já têm idade para ter juízo. Acho que nos compete um papel de zeladores dos nossos interesses e de vigilantes por isso a ideia das câmaras de vigilância que têm um papel dissuasor. Se formos jogar *paddle*, a presença da câmara que não interfere com ninguém, mas se alguém partir um vidro às três da manhã, essa pessoa vai ser identificada. Zeladores e vigilantes somos nós todos e acreditem que este caminho que está a ser feito irá ter resultados no futuro”, afiançou. -----

Relativamente à intervenção do Deputado *Manuel Olaio*, que referiu que este não era o melhor dia para agendar a sessão da Assembleia Municipal pois precede um feriado, o Sr. Presidente da Câmara pediu compreensão face às ações diárias que o Executivo empreende adiantando que a semana que “vem vai ser particularmente intensa com a



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Cec'.

avaliação do Geopark, com uma deslocação ao estrangeiro no âmbito das boas práticas, com uma visita agendada de uma delegação de S. Tomé, como tal, pedi para que a sessão fosse sexta-feira para que pudesse decorrer com calma e tranquilidade. Não faço ponte e acredito que possamos todos dar um contributo alheando-nos desta”, comentou. -----

Em relação ao encerramento do jardim-de-infância de Podence, assunto abordado por todos os grupos parlamentares, manifestou ter a intenção de fazer uma intervenção e explicar todo o contexto que conduziu “ao encerramento do espaço, mas confesso que não tenho capacidade para dar as explicações que o Sr. Presidente da União de Freguesias de Podence e St.ª Combinha deu. Vou aguardar pela continuidade do raciocínio que é fantástico, muito eloquente e esclarecedor. Como muito bem disse temos de gerir os dinheiros públicos de uma forma séria. Tendo em conta que existem seis crianças inscritas, que cinco delas têm que se deslocar e que com mais algum tempo e kms podem conviver com crianças da mesma idade, aprender muito mais e ter temas de dramatização que de outra forma não teriam, penso que será melhor para as crianças envolvida. Além disso, pelo que soube, algumas delas nem sempre comparecem. No último dia que estive em Podence em período letivo, estavam no recreio cinco crianças. Não sei quantos inscritos tem para este ano, mas gosto de tratar as finanças do município como se fossem as finanças de minha casa e as nossas crianças como se fossem os meus filhos e era assim que eu faria”, rematou.-----

Em resposta à intervenção do Deputado *Carlos Azevedo*, o edil *Benjamim Rodrigues*, assumiu a existência de dois protocolos, “uma prática normal” referiu, tendo assinado o segundo protocolo e atribuiu a concretização da obra de requalificação ao povo macedense. Assim, “o primeiro protocolo foi assinado em 2017, com um valor de 462 mil euros. Foi necessário ajustar o projeto e nós conseguimos dotá-lo de 650 mil, tivemos reuniões com o Ministério da Administração Interna e conseguimos mais um pouco. Felizmente a obra está concluída e somos todos responsáveis, estamos todos de parabéns. A crítica aqui vai para uma individualidade de Macedo de Cavaleiros que fez uma publicação a reclamar a obra. Não é assim, nós tivemos muito trabalho”, esclareceu. -----

Aos Deputados *David Martins* e *Ilídio Alves*, com intervenções pautadas pela necessidade de reparação de vias de comunicação, e conhecendo as estradas em causa: A EN 537 e a estrada que liga Soutelo Mourisco a Vilar D`Ouro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal reiterou a afirmação anteriormente proferida: “não é prioridade pelo trânsito que têm. Nós temos prioridades”. Dirigindo-se ao Deputado *David Martins* adiantou querer no próximo orçamento dotar uma verba para a estrada principal, para o lado poente, para ser arranjada e para tapar os buracos da EN 537. “O nosso território é vasto, os recursos são poucos e



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

sim temos de definir prioridades. O David sabe que quando tiver uma situação de urgência deixamos tudo e vamos para a situação urgente. É assim que trabalhamos. Perdoem se ainda não foi possível fazer a intervenção e logo que seja oportuno e tenhamos disponibilidade de equipas será feita. Concordo consigo no que diz respeito à vandalização da sinalização. Temos a sinalização de todo o concelho vandalizada além das placas que são removidas que se nota ser um trabalho feito de propósito. A nossa tarefa será, logo que possível, colocar brigadas nas aldeias que efetuem a reparação da sinalização. Não prometo que seja tudo feito de uma vez só. Será feito o que humanamente for possível”, disse.-----

Relativamente à intervenção do Deputado *Ilídio Alves*, acerca do encerramento do Jardim-de-infância de Podence, o Sr. Presidente da Câmara referiu não haver desculpas esfarrapadas. “Vão perguntar ao Conselho Municipal de Educação que unanimemente votaram a favor do encerramento por se tratar de uma questão e segurança das crianças. Houve uma ata, tomei conhecimento como vocês e respeito por se tratar de pessoas credíveis e concordo com os argumentos”, afirmou.-----

Quanto à Intervenção da Deputada *Maria José Moreno*, no que à Albufeira do Azibo diz respeito, o líder do Executivo referiu terem um olhar “cada vez mais ambicioso e a prova disso é que recebemos troféus a nível nacional. Somos o único município português convidado a estar no encontro internacional de praias continentais, onde fomos aplaudidos, porque demonstramos capacidade de manter uma praia com qualidade a alto nível. O que é inédito a nível mundial. Estamos a dar continuidade a um trabalho começado por visionários, reportado em primeira instância ao Eng.º *Camilo Mendonça*, aos anteriores autarcas *Luís Vaz*, *Beraldino Pinto* e *Duarte Moreno* e agora a nossa equipa. Trabalhamos com recursos humanos do Centro de Empego e não é fácil manter o espaço impecável durante todo o ano. Endereço um apelo a todos os cidadãos para que tenham um comportamento cívico e não andem a roubar traves de madeira para queimar em casa nas lareiras, situação que nos dá muito trabalho e que custa muito dinheiro ao município e não deixem plásticos por todo o lado”, apelou. “Quero louvar o trabalho dos formandos do Instituto Jean Piaget, que ganhou o prémio Gandhi de ambiente sustentável, com uma peça escultórica muito bonita, que é uma carpa metálica de grandes dimensões, alusiva à sustentabilidade e que irá ser colocada na Praia da Ribeira. Quanto às novidades temos uma que já dá dores de barriga: Uma bienal de Arte Contemporânea. Pela iniciativa quero dar os parabéns à professora. Inês Falcão que vê a arte não como um instrumento político, mas a arte para todos nós, atitude que apoio incondicionalmente. Vamos ainda ter o “*Simbiose*”, e a “*Noite Mágica*”, eventos com poucos custos que envolvem toda a sociedade. Vai, ainda, acontecer a 2ª



edição do “Aziborne Extreme”, evento vocacionado para o público que gosta de desportos radicais”, adiantou. -----

Ainda no âmbito das questões colocadas pela Deputada *Maria José Moreno* referiu que as Piscinas Municipais este ano não vão abrir quando deviam, apesar dos esforços do Executivo para que assim fosse, porque foram lançados vários concursos para a manutenção destas tendo ficado desertos. “Neste momento o trabalho está adjudicado e a reabertura está prevista para a segunda quinzena de julho, espero que se cumpram prazos, mas tenho algumas dúvidas”, referiu o autarca. -----

“Parabéns para a nossa jovem Deputada *Beatriz Pires*. Gostei muito da intervenção”, disse o Sr. Presidente da Câmara Municipal, referindo a importância do envolvimento dos jovens na política e a disponibilidade de todo o Executivo para participar em iniciativas que envolvam as camadas mais jovens com o objetivo de os motivar e encorajar para que vejam a política como algo sério pois “sem bons políticos não somos um país de futuro. “Ao Sr. Deputado *Manuel Mico*, nada a dizer. Foi muito claro. Considero que as Cartas Educativas devem ser respeitadas. Fui testemunha do sucedido e nessa altura muitas crianças foram para o concelho de Mirandela, e ainda vão, e nós temos que pagar parte das despesas. Nessa altura ninguém se preocupou e era sério. Nessa altura é que nos devíamos ter preocupado e lutado”. Quanto ao BUPI e ao pedido do mesmo, face aos poucos recursos humanos existentes e à grande afluência ao balcão referiu no momento não ser possível ir às freguesias, mas assegurou que logo que tal se torne viável a descentralização do serviço irá acontecer.-----

Em resposta ao Deputado *João Fragoso*, cuja intervenção se centrou na questão do encerramento do jardim-de-infância de Podence, o Sr. Presidente da Câmara Municipal reiterou não se tratar de desculpas esfarrapadas sendo as crianças uma prioridade para o Executivo. Quanto às datas previstas para as viagens para a Albufeira do Azibo assegurou que a situação será gerida da melhor forma. -----

Dirigindo-se ao Deputado. *Daniel Pires*, cuja intervenção se centrou na questão da segurança, o edil reiterou a pretensão de reivindicar mais equipas, apostar na divulgação dos atos de vandalismo e apelar à população para que tenha um comportamento cívico. “Os campos de *paddle* estão disponíveis para abrir ao público, vamos querer fazer uma simples cerimónia de inauguração para que a nossa Secretária de Estado da Valorização do Interior possa ter alguma obra digna de inauguração porque é uma pessoa muito sensível à questão do interior e à sua valorização. Estou a fazer este anúncio sem a ter convidado, mas vou fazê-lo e acredito que vai aceitar.”-----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

O Sr. Presidente da Câmara Municipal anunciou alguns projetos do Executivo, nomeadamente a aposta no Corredor Ecológico Vale de Prados-Azibo, para que as pessoas se possam deslocar ao Azibo de forma sustentável, ideia já sinalizada no Fundo Ambiental e com verba atribuída acreditando que a mesma possa vir a ser aumentada pela Vereadora *Sónia Salomé* de modo a incluir um meio de transporte ecológico. -----

Aberto um segundo período de intervenções inscreveram-se, do Grupo Parlamentar do PS, os Deputados *Rogério Pires, Inácia Ferreirinha, Carlos Fernandes, Patrícia Cordeiro, Manuel Mico, Ramiro Valadar e João Alves*; do Grupo Parlamentar do PSD os Deputados *José Madalena, David Martins e Maria José Moreno*; do Grupo Parlamentar do CDS as Deputadas *Jacinta Lopes e Beatriz Pires* e do Grupo Parlamentar Unidos por Macedo os Deputados *João Olaio e João Fragoso*. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *Rogério Pires* que referiu: “isto é demagogia, pois estamos a falar de um protocolo e de projetos caducados, sem possibilidade de serem executados e a expor fases que conduzem a edificação de obra. O autarca finalizou com a afirmação: - Todas as obras em execução no concelho são da responsabilidade do atual Executivo em permanência, a quem dou os parabéns”. -----

A palavra foi passada ao Deputado *José Madalena* que mencionou conhecer o espaço do jardim-de-infância de Podence a qual atribui “condições fantásticas” O Deputado questionou o Executivo relativamente à “promessa eleitoral do lar de Talhas”. Já no término da sua intervenção agradeceu o anúncio do projeto que liga Macedo de Cavaleiros a Vale de Prados, “Um projeto que fazia parte de ambas as candidaturas onde gostaria de ver feita uma terceira praia da Albufeira do Azibo. Um projeto que, a ser permitido pela APA, se justifica”, acrescentou. -----

No uso da palavra a Deputada *Jacinta Lopes* reiterou as afirmações proferidas na intervenção anterior acrescentando que em matéria de educação e segurança “todos temos responsabilidade, mas que o Executivo tem mais responsabilidade porque quis assumir competências.” Considerando que a videovigilância não irá resolver a situação, não sendo a denúncia nem a punição formas de tratar a questão, mas sim “apostar na educação desse jovem sem pena de gastar dinheiro. A educação é importante e todos nós, quer sejamos pais, quer não, vamos pagar caro”, alertou. -----



O Deputado *Manuel Olaio* mencionou a existência de trotinetes a circular na via pública, sem qualquer medida de segurança, sem respeito pelo trânsito e expondo o vazio legal na matéria considerou ser urgente olhar para a questão e adotar medidas preventivas antes que aconteça algum acidente grave já que as trotinetes vieram para ficar. -----

Usou da palavra a Deputada *Inácia Ferreirinha* que “confusa perante algumas intervenções que abordaram a questão da segurança”, tendo, inclusive colocado em causa a sua residência na cidade de Macedo de Cavaleiros perante o cenário negro que foi pintado. Em relação à questão do dia, o encerramento do jardim-de-infância de Podence, referiu que os problemas começaram em 2001 com o surgimento dos Agrupamentos de Escolas. Bem ou mal feito não é questão, “teve que ser. A demografia assim o obrigou”, disse. -----

O Deputado *David Martins*, iniciou a sua intervenção abordando a questão do encerramento do jardim-de-infância de Podence, dizendo que a única questão referida em ata do Conselho Municipal de Educação é a falta de segurança pelo facto dos turistas conviverem com as crianças. Falta de segurança esta, diz, promovida pela “falta de investimento do Executivo no edifício da mesma, já com o objetivo de a fechar” estando o projeto das Oficinas previsto para o local onde se realizou o evento “As Sete Maravilhas”, assunto este não resolvido por “falta de coragem política do Executivo”. Referindo que no passado esteve previsto o encerramento da escola de Izeda que não se verificou graças aos esforços do Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros. “Qual é a diferença de Podence para Izeda, dos meninos da zona Norte ou da zona Nascente? Não refiram os 5 minutos de Podence a Macedo, porque a Carta Educativa refere que a distância é de 25 minutos. Sendo o tempo mínimo aceitável de um menino num transporte escolar, com aquela idade, de 20 minutos. Assim, os meninos de Podence ultrapassam em 5 minutos este tempo”. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado *Carlos Fernandes* para se congratular pela chegada do atual Executivo aos destinos do município macedense, “sem o qual não existiria obra”. A propósito do tema da segurança e do vandalismo, intercedeu, junto da Sra. Vereadora *Sónia Salomé* para que sejam efetuadas ações de sensibilização para a educação parental porque a segurança, tal como a educação, começa em casa, afirmou. “Que culpa tem o Executivo que os nossos filhos vão para a rua fazer asneiras?” Inquiriu os presentes. -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Seguiu-se a intervenção da Deputada *Beatriz Pires* que agradeceu a resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal ao desafio lançado e para reiterar a ideia de que as sessões se destinam a toda a população estudantil com o objetivo de desmistificar a atividade política junto da comunidade jovem na sua totalidade. Quanto à problemática abordada nesta Assembleia acerca da videovigilância, na qualidade de jovem que sai à noite e no seguimento de algumas intervenções, “a educação vem do berço e, nesta perspetiva, a responsabilidade será dos pais que permitem que filhos com 12 e 13 anos saiam à rua à noite, que bebam e não lhes aplicam castigo. Com essa idade eu não sabia o que era sair à noite e muito menos consumir álcool.” Para concluir que se trata de uma questão que independentemente do número de agentes de segurança na rua, e da existência das câmaras de vigilância que pertence ao foro familiar, não sendo, portanto, uma competência da Assembleia Municipal. -----

Usou da palavra a Deputada *Patrícia Cordeiro* que apresentou como justificação da sua intervenção a associação do projeto relacionado com as oficinas de artesanato com o encerramento do jardim-de-infância de Podence. Relação esta que está longe de “ser linear, como já esclareceu o Presidente da União de Freguesias de Podence e St.ª Combinha, mas que parece ter servido de instrumentalização política. Assisti à questão com um misto de incredulidade e de desalento”, referiu, contextualizando a “criação das oficinas de artesanato, uma das medidas de salvaguarda inscrita na proposta e que além de estar enquadrada na proposta à UNESCO foi parcialmente envolvida no âmbito de uma candidatura, apresentada pela DESTQUE ao Turismo de Portugal”, disse. Tratando-se, assim, de dois momentos diferentes” ressaltando que as iniciativas que fazem parte da proposta foram apresentadas à população de Podence tendo sido subscritas por esta “, afirmou, dando por terminada a sua intervenção. -----

Na sua intervenção, a Deputada *Maria José Moreno* apelou ao Executivo para que esclareça o Grupo Parlamentar do PS quanto ao destino dos nove milhões de euros atribuídos ao município de Macedo de Cavaleiros no âmbito do quadro comunitário anterior, no período sob a liderança do ex-autarca *Duarte Moreno*. No âmbito do próximo Quadro Comunitário a Deputada pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que informasse a Assembleia Municipal quanto à forma como estão a decorrer as negociações e à estratégia adotada pelo Executivo nesse domínio. -----



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ji', 'JZL', and 'els'.

A palavra foi passada ao Deputado *João Alves* que no seguimento da intervenção anterior referiu as motivações do “espetáculo mediático” que envolve a população da aldeia de Podence, transmitindo uma nota aos pais das crianças agora transferidas para Macedo de Cavaleiros, no sentido de os tranquilizar em relação à segurança dos mesmos durante a deslocação que agora” será feita em segurança porque o município, felizmente, adquiriu autocarros novos”, referiu. A respeito da exposição nas redes sociais, o Deputado considerou não ser este o meio adequado para resolver questões sérias colocando em causa a preocupação real dos manifestantes e a possibilidade de existirem interesses pessoais assumindo a responsabilidade pela não concordância com a escolha de um local privado para a construção da oficina de artesanato, projeto que esteve no cerne de toda a problemática.-----

A palavra passou para o Deputado *João Frago* que salientou o agrado com que ouviu o anúncio do Sr. Presidente da Câmara acerca do Corredor Verde de Vale de Prados, “uma ideia presente nos programas eleitorais de todos os partidos na campanha às eleições autárquicas”, retomando a questão da segurança no Jardim-de-infância de Podence, uma situação “ultrapassável como referiu o Deputado David. A questão da localização também tinha alternativas, mas dando um pontapé para a frente para pegar na questão da fraca assiduidade, referida pelo Sr. Presidente, para questionar o Executivo se fará desta ameaça uma oportunidade, à semelhança do que do feito em relação às Praias da Albufeira do Azibo que estão 30% maiores porque não choveu.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, solicitando celeridade nas intervenções passou, de seguida a palavra ao Deputado *Ramiro Valadar* que, no uso dela corroborou a sua independência partidária, com a ausência de “leitura de discursos redigidos por outros”, na Assembleia. “Eu sou mesmo independente e não venham para aqui dizer que são independentes e a ler cábulas que outros escrevem em casa”, disse. Quanto à questão da segurança, assunto que “pretendia abordar e que muito tem sido debatido aqui. O Carlos Fernandes falou e muito bem, a segurança começa em casa. Se eu souber que o meu filho anda a partir vidros ao chegar a casa estarei à espera dele. Então falamos aqui que se sabe que há droga na escola! E não se chamam os pais para darem educação aos filhos? Se sabemos quem são devemos chamá-los à pedra e os pais que lhe deem educação em casa”, adiantou alegando que a educação parte de casa, como referido pelos Deputados Carlos Fernandes e Beatriz Pires. Quanto à sugestão da terceira praia da Albufeira do Azibo em Vale de Prados, lançada pelo Deputado *José Madalena*, o Deputado concordou



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

acrescentando uma quarta praia, desta feita em Salselas porque “está lá um edifício, que alugaram por 100 euros por mês, com luz e água, pelo período de 20 anos, assunto que gostaria de ver esclarecido. Dando por terminada a intervenção o Deputado convidou todos os presentes a irem a Morais, nos dias 17 e 18 de julho para as festas da ceifa. -----

Usou da palavra o Deputado *Manuel Mico* para dar os parabéns ao Município por ter disponibilizado transporte para os estudantes fazerem os exames. “É de lei, mas há muitos que não a cumprem”, referiu. De seguida e em virtude de uma abordagem de um empresário local acerca da existência de sinais de trânsito que proíbem a circulação de viaturas com peso superior a 30 toneladas, dentro do perímetro urbano, pediu esclarecimentos ao Executivo e solicitou apoio para os agricultores “que no momento atravessam dificuldades, por causa da falta de água para os animais”. Para terminar a intervenção, o Deputado solicitou o apoio do Executivo no fecho do nó de acesso de Podence à A4. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, referindo a boa disposição dos intervenientes passou de imediato a responder às questões colocadas. Atento à intervenção do Deputado *Rogério Pires*, apesar de alguma razão, não concorda totalmente com as afirmações proferidas por este. “Temos que acreditar que trabalhos feitos no passado têm o seu mérito. Se podermos melhorar tanto melhor. Aconteceu com algumas candidaturas, umas caducaram, outras porque havia processos de expropriação a fazer, outras porque precisavam e mais dotação financeira, que conseguimos e estamos em condições de acreditar que estamos no bom caminho”, frisou. “Quanto à questão colocada pela *Deputada Maria José Moreno*: os nove milhões estavam sinalizados. Nós tivemos o mérito de quase os duplicar, mas esse é o papel do nosso Executivo, é para isso que somos eleitos”, referiu, “sempre com a capacidade de reivindicar mais para nós”. “Estamos atentos ao próximo Quadro Comunitário de Apoio”, afirmou passando a estratégia pelo mapeamento dos projetos que o Executivo considera estratégicos para o município. -----

Respondendo à intervenção do Deputado *José Madalena*, ainda no contexto do encerramento do Jardim-de-infância, referiu que é necessário rentabilizar o espaço que



existe, espaço que não querem danificado, mas aproveitado para melhorar a candidatura à UNESCO, que implica reavaliações. “O objetivo será sempre a melhoria”, disse referindo-se à atividade do executivo, quer no que diz respeito a atitudes quer a investimentos, apontando como exemplo a aposta feita na aquisição de autocarros para proporcionar mobilidade de mais qualidade e mais sustentável e na vontade de adquirir autocarros elétricos, já objeto de candidatura e que reforçam uma das novas visões estratégicas para o município: a sustentabilidade energética. -----

Para responder à questão do Deputado *José Madalena*, a propósito da ERPI de Talhas, o Sr. Presidente solicitou a intervenção da Vereadora Sónia Salomé. No uso da palavra, a Vereadora começou por referir que este projeto foi mapeado e objeto de candidatura pelo Executivo anterior, quando em 2016 identificou a aldeia de Talhas para receber financiamento do Programa Operacional Regional do Norte (PO-Norte), ao nível dos equipamentos municipais. “Quando chegamos ao município existia mapeamento, mas não havia projeto. Nós elaboramos a candidatura que foi submetida e aprovada com verba aumentada. O processo seguiu os trâmites normais, avançando para a abertura de concurso que ficou vazio. Entretanto a obra foi adjudicada de forma direta a uma empresa, sendo o promotor o Centro Social e Paroquial de Talhas. Face ao contexto atual de mercado a empresa decidiu não estar em condições de executar a obra. Assim, este montante, ainda alocado ao Município de Macedo de Cavaleiros, está a ser trabalho no sentido de vir a ser alocado às Escolas, numa tentativa de solucionar uma questão antiga relativa à separação de Polos. “Este edifício, construído em 2010, foi criado com capacidade reduzida para concretizar o objetivo subjacente à sua construção. Assim e com vista à resolução deste problema de separação de ciclos, o Executivo propõe-se, junto com os parceiros da Educação, a ser trabalhado em Carta Educativa, juntamente com a DEGeSTE, a separar os ciclos: colocar no Polo1 o ensino pré-escolar, no Polo 2 o primeiro-ciclo e transitar a partir do segundo-ciclo para o Polo 3, a escola secundária. Para que isso aconteça é preciso criar condições. Já temos uma empreitada a concurso para recuperar o refeitório. Assim, sendo a educação um das nossas prioridades, o dinheiro da ERPI de Talhas será alocado à educação e é nesse sentido que estamos a trabalhar. O projeto de Talhas terá continuidade logo que a oportunidade surja até porque existe uma carência ao nível de equipamentos e de respostas sociais”, afirmou a Vereadora. -----

Feita a explicação, o Sr. Presidente da Câmara Municipal usou novamente da palavra, reforçando a ideia de que no momento de esvaziamento do concurso o dinheiro destinado à



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

ERPI de Talhas, seria perdido. Para evitar que tal sucedesse o Executivo decidiu canalizar a verba para a educação destinada a equipamentos, eficiência energética, refeitórios e para a reorganização do ensino. “Uma opção que está alinhada com uma das nossas prioridades: a educação. Em breve irão abrir Avisos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) para equipamentos sociais. O projeto da ERPI de Talhas está concluído, só temos de o submeter e depois executar e com uma grande vantagem: o PRR financia o investimento a 100%. No projeto anterior o município tinha de alocar 15% do montante do investimento. Portanto Senhor Presidente de Talhas, meu Presidente, o montante será para a ERPI de Talhas”, disse referindo que houve atrasos intencionais, motivados por questões políticas lamentando que a população de talhas tenha perdido esta oportunidade. “Mas não vão levar avante porque vai ser candidata ao PRR. O Dr. *Duarte Moreno* priorizou este investimento e eu vou dar-lhe continuidade, a zona nascente precisa deste género de equipamentos, apesar dos interesses políticos e económicos”, reiterou agradecendo a explicação da Vereadora Sónia Salomé e tecendo elogios ao trabalho desenvolvido em matéria de educação. “Temos orgulho em tê-la na nossa equipa”, acrescentou.-----

Relativamente à questão da transferência de competências, colocada pela Deputada *Jacinta Lopes*, o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Sr. Vereador *Paulo Rogão* que procedesse ao esclarecimento. Este, no uso da palavra, referiu que no contexto em que a questão foi colocada presume que seja uma referência à transferência de competências na área da educação, que passou de imediato a abordar assim como o pioneirismo do município nesse contexto, considerando haver alguma confusão nos assuntos tratados. Assim, “as competências transferidas para o município dizem respeito à atividade diária da escola. Ou seja, com os trabalhadores, com a reparação de janelas, de uma porta, colocação de telha, etc. As competências transferidas traduzem-se nisso, não na possibilidade de a autarquia intervir. A gestão da escola é feita pelos trabalhadores no que à parte operacional diz respeito, competências que a autarquia delegou no Agrupamento de Escolas pela proximidade com o local onde tudo acontece. As questões relativas às políticas educativas com vista à melhoria do ensino ou do ambiente escolar, nada têm a ver com esta transferência de competências. Quando trazem questões como a de hoje, relacionada com a droga, não as percebo no contexto da Assembleia Municipal porque a Câmara não tem competência para intervir nessa matéria. Mas, se é verdade o que a Sra. Deputada veio aqui dizer: que há droga na escola, não tenho dúvidas de que se quem coordena a escola soubesse, atuaria.”, clarificou, passando a abordar as vantagens e desvantagens desta transferência, a pedido do Deputado *Manuel Mico*. “Quanto às vantagens julgo que são



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

evidentes. Há uma proximidade maior tornando a resolução dos problemas mais rápida, não sendo necessário ir ao Ministério da educação pedir a substituição da telha, quanto aos custos financeiros, no que à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros diz respeito, o valor contratualizado chega e até está a sobrar. Nesse especto a nossa autarquia está bem. Contudo, deixo uma ressalva, está bem porque a Câmara requalificou os equipamentos escolares e salvaguardou bem os seus interesses. Esta é uma situação que está a ser acompanhada anualmente, existindo uma Comissão de Acompanhamento das Competências, que tem por missão essa tarefa de modo a perceber se o dinheiro anualmente transferido é suficiente para resolver os problemas que decorreram durante o ano de modo a corrigir pequenos desvios. O mesmo acontece com os trabalhadores e não há falta de trabalhadores porque a lei determina quotas em função do número de alunos. Quotas estas que no Agrupamento de Escolas está ultrapassado “, esclareceu.-----

De novo no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, em jeito de resposta ao Deputado *Manuel Olaio* “digo-lhe que concordo consigo. Os jovens seguem exemplos e dizer-lhe, ainda, que gosto mais de o ver a falar espontaneamente. Não vamos ter trotinetas, mas vamos ter bicicletas, com uma aposta clara na mobilidade sustentável e ecológica, mas temos de tratar da questão do respeito cívico e ter ações de sensibilização com a presença dos agentes de segurança. O responsável por essa área é o Sr. Vereador *Paulo Rogão* e iremos ter novidades no futuro, no entanto, e como já foi dito aqui, inclusive pela Deputada *Beatriz*, com muita objetividade e pragmatismo, muitas destas questões tratam-se em casa”, frisou. -----

A propósito da intervenção “pragmática” da Deputada *Inácia Ferreirinha*, o líder do Executivo manifestou a sua total concordância. Em relação à intervenção do Sr. Deputado *David Martins*, dando conta que no passado, aquando do processo de encerramento da escola de Izeda, anuindo com a explanação dos factos disse revelarem a postura do Executivo perante a questão da educação. “Tentamos sempre minimizar o desconforto das crianças e se não se verificou foi porque o município de Bragança não quis ir buscar as crianças ao cruzamento de Izeda porque legalmente o município de Macedo de Cavaleiros não o podia fazer. Acrescentando estar sempre disponível para ajudar Izeda, vila que muita gente formou do Concelho de Macedo de Cavaleiros, principalmente da zona nascente”, referiu. Quanto à deslocação das crianças que frequentava a escola de Podence para Macedo de Cavaleiros, de cerca de 8 Kms, referida em Carta Educativa com um tempo de 25 minutos não sendo real aceita-a, reiterando o trabalho que está a ser desenvolvido em sede de



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Conselho Municipal e por todas as equipas educativas a nível municipal e intermunicipal para que se encontre a melhor solução -----

Dirigindo-se á Deputada *Beatriz Pires*, o Sr. Presidente, afirmando concordar com a sugestão apresentada, acrescentou que seria interessante conseguir trazer os professores e os estudantes às Sessões da Assembleia Municipal. “A intervenção da Deputada *Patrícia Cordeiro* foi técnica, mostrando como decorreu todo o processo e qual o objetivo desta candidatura” adiantou e à intervenção da Deputada *Maria José Moreno*, “não ter nada a acrescentar, tendo já esclarecido, na intervenção anterior, todo o processo, referindo “com respeito pelo trabalho de todos, que ocorreram alguns impasses, mas os prazos vão ser cumpridos. Todos os projetos mapeados vão ser executados e mesmo a ERPI de Talhas vais ser feita”, assegurou.-----

Quanto ao próximo quadro comunitário de apoio “tudo depende das verbas que venham a ser disponibilizadas para o território. Vamos ter a oportunidade de executar os nossos projetos com prioridade para os equipamentos públicos que queremos renovar, os Museus, dar dignidade a um edifício com um grande museu e mesmo as ligações rodoviárias prioritárias serão intervencionadas com fundos nossos se não forem candidatáveis. “Referiu. A estratégia do Executivo para o futuro envolve todas as áreas de investimento principalmente os vetores educação e cultura porque “um município sem educação e sem cultura é um município sem futuro. A área empresarial será objeto de um grande investimento. Inclusive já foram aqui apresentados projetos de ampliação, unidades de expansão e intervenção. Vamos conseguir capacitar a área empresarial de investimentos de maior monta. No setor do turismo, vamos continuar a investir na Albufeira do Azibo e na área sensível de Salselas, um aspeto a resolver rapidamente e que terá uma utilização condigna.”-----

“Não tenho palavras quanto à intervenção do Deputado *João Alves*. Foi uma intervenção com emoção, a sentir a terra”, manifestou o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Quanto à intervenção do Deputado *João Fragoso* referiu que a questão da assiduidade passa pela educação com o projeto PICIIE, pela rede e pela educação parental. Também falou em investimento e projetos e nesse sentido tenho de referir um projeto muito bonito, que nos ficou do Dr. *Duarte Moreno*, do corredor de Vale de Prados e de uma Praia que me foi entregue pelo próprio e que é um projeto que teria muito gosto em executar, mas que não será possível por causas das limitações da APA”.-----

Ao Sr. Deputado *Ramiro Valadar*, “cidadão livre e independente que diz o que lhe vai na alma sem rodeios só temos que o parabenizar” referiu. De seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou a intervenção do Vereador *Paulo Rogão* no sentido de explicar a



circulação condicionada a viaturas pesadas, a pedido do Deputado *Manuel Mico* e para esclarecer o Deputado *Rogério Pires* quanto ao pagamento das obras em curso na cidade. No uso da palavra, o Vereador confirmou que houve uma opção do Executivo para retirar o trânsito pesado, sendo pesado acima de 5,5 toneladas, das artérias do centro urbano, por questões de segurança e de preservação do património passeios e estradas. Assim, verificando que a passagem, de viaturas de grande tonelagem, na cidade danificavam o piso das ruas e os passeios, por causa das manobras que executavam, e havendo alternativas viáveis e razoáveis, foi tomada de decisão de desviar o trânsito das artérias centrais. Decisão que será avaliada para determinar a sua continuidade.-----

Como resposta à intervenção do Deputado Rogério acerca das obras em curso e do pagamento das mesmas, o Vereador *Paulo Rogão* fez o ponto da situação quanto aos montantes adjudicados e à taxa de execução dos mesmos., passando a elencar: -----

1. Central de Camionagem projeto adjudicado por 909.307,00, valor liquidado 805.626,00 euros, taxa de execução de 88,5%; -----
2. Trabalhos Complementares da Central de Camionagem projeto adjudicado por 60.461,00 euros, valor liquidado 51.052,00, taxa de execução de 84%; -----
3. Construção dos acessos à Central de Camionagem obra adjudicada por 158.894,00, valor liquidado 81.828,00, euros, taxa de execução de 51%- falta a parte do pavimento que ainda não está feita; -----
4. Rede elétrica e de informática dos Paços do Concelho obra adjudicada por 157.573,00 euros, valor liquidado 118.516,00 euros, taxa de execução de 75%; -----
5. Parque Urbano da Cidade projeto adjudicado por 1.499.900,00 euros, valor liquidado 1.295,240,00, taxa de execução de 86%; -----
6. Obras de Requalificação da Estação Ferrovia obra adjudicada por 714.397,00 euros, taxa de execução e 100%; -----
7. Obras complementares adjudicadas por 39.476,00 euros, taxa de execução de 100%; ----
8. Largo da Estação obra adjudicada por 386.900,00 euros, valor liquidado 384,742.00 euros, taxa de execução de 99%; -----
9. Trabalhos Complementares do Largo da Estação adjudicados por 22.020,00 euros, taxa de execução de 100%; -----
10. Mercado Municipal obra adjudicada por 2.013.996,00 euros, pagos 143.371,00 euros, taxa de execução de 7% - a obra está suspensa; -----
11. Requalificação da Área de Acolhimento Empresarial, 2ª Fase, obra adjudicada por 993.786,00 euros, pagos 218,475,00, taxa de execução de 21%; -----



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

12. Bicity- Fase 2 obra adjudicada por 601.391,00 euros, pagos 300,00,00, taxa de execução de 50%; -----
13. Requalificação Urbanística do Bairro de S. Francisco obra adjudicada por 1.166,795,00 euros, pagos 1.166.795,00 euros, taxa de execução de 86%; -----
14. Bairro de S. Francisco Edificável Lote 2, projeto adjudicado por 702.780,00 euros, valor liquidado 609.648,00 euros pagos, taxa de execução de 98%; -----
15. Bairro de S. Francisco Edificável Lote 1 projeto adjudicado por 766.086,00 euros, taxa de execução de 100%; -----
16. Construção do Centro Municipal da Proteção Civil de Apoio aos Meios Aéreos obra adjudica por 563.120,00 euros, valor liquidado 345,079,00, taxa de execução de 61%; -----
17. Construção dos campos de *paddle* e basquete, obra adjudicada por 48.977,00 euros, taxa de execução de 100%; -----
18. Loteamento José António Afonso: Rua António Miranda, obra adjudicada por 71.620,00 euros, valor liquidado 71.593,00 euros, taxa de execução e 99,9%; Rua João António Afonso obra adjudicada por 69.832,00 euros, taxa de execução de 100%. -----
- Um volume de construção de 19 obras, que representam um investimento total de 10.179.833,09 euros, dos quais 8.070.978,86 euros estão já liquidados, revelando uma taxa de execução média de 79,28%, com uma obra suspensa, a requalificação do Mercado Municipal, e seis obras com taxa de execução de 100%. -----
- Ainda em resposta à intervenção do Deputado *Rogério Pires*, o Vereador *Paulo Rogão* estranhou os comentários uma vez que os fundos disponíveis só permitem avançar se a verba ficar cativa, que significa” ter dinheiro para pagar”. Adiantando que mesmo com grandes obras em execução a autarquia está a pagar aos empreiteiros e tem as contas com os fornecedores em ordem, com prazos de pagamento a 30 dias. -----
- Quanto à intervenção feita pelo Deputado *Manuel Mico*, apelando ao apoio para os agricultores, o Vereador esclareceu que “o orçamento disponível da autarquia para o ano em curso foi agravado pelo contexto em que vivemos e ainda pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia que veio empolar os preços das mercadorias e bens. “Sabemos que os agricultores estão a passar dificuldades e gostaríamos muito de poder apoiar” afirmou, contudo só “podemos dar se tivermos capacidade para pagar. Este ano só poderemos dar o apoio que está cabimentado e que dizem respeito à sanidade animal, com uma comparticipação que aumentamos para 60%.”, Adiantou. -----
-



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Cij
for
celi

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal que perante a Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, lida pelo líder do grupo parlamentar, o Deputado Daniel Pires, que considerou amplamente debatida na Sessão, a mesa abriu espaço para debate da mesma.

Abertas as inscrições registaram-se os Deputados *Manuel Mico*, membro eleito pelo PS, *Ilídio Alves*, membro eleito pelo PS e *David Martins*, membro eleito pelo PSD.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *Manuel Mico* que anunciou que o Grupo Parlamentar do PS iria votar contra a moção apresentada. A palavra foi passada ao Deputado *David Martins* que prescindiu da mesma, tendo intervindo o Deputado *Ilídio Alves* que esclareceu: “os 25 minutos anunciados como tempo despendido no percurso para Macedo não são reais. Há crianças de 3 e 4 anos que ao final do dia irão andar mais um ou duas horas” por esse motivo, o Deputado manifestou a intenção de votar a favor da moção.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a moção a votação tendo a mesma sido aprovada com 32 votos favoráveis, 28 votos contra e 1 abstenção.

ORDEM DO DIA

Ponto 2.1- Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal referente à atividade municipal no período compreendido de 09 de junho a 16 de setembro, elaborada nos termos do disposto no n.º 2 alínea c) do art.º 25.º e do n.º 4 do art.º 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013;

Pelo excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados *Maria da Assunção Gemelgo Correia*, membro eleito pelo PSD, *João Fragoso*, membro eleito pelo “Unidos por Macedo” e *David Martins*, membro eleito pelo PSD.

A Deputada *Assunção Gemelgo* referiu que a sua intervenção seria feita em relação a dois pontos: A primeira em relação a uma afirmação existente no ponto 6 relativa às atas das reuniões da Câmara Municipal decorridas no período compreendido entre 28 de abril e 7 de



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

junho, num total de quatro reuniões cujas atas, afirma-se, estarem publicitadas no site do município. “Esta informação carece de algum esclarecimento já que apenas a ata da reunião do dia 28 de maio se encontra disponível sendo muito importante conhecer o conteúdo das mesmas pois só assim se poderá perceber, de forma clara, o que se disse e decidiu sobre os assuntos tratados nas referidas reuniões e que eventualmente justificaram as deliberações tomadas. O segundo aspeto está relacionado com a reunião referida na página 12, uma reunião do Gabinete de Acolhimento a Migrantes Ucranianos onde se diz ter sido feito o ponto da situação relativamente a estes cidadãos. Assim, gostaria de saber sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por este gabinete nomeadamente no que diz respeito às medidas integradoras destes cidadãos, com estatuto de refugiados de guerra, e se possível, aferir sobre o grau de satisfação dos mesmos, face às expectativas e necessidades”, referiu.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *João Fragoso* que pediu esclarecimentos em relação ao assunto referido na página 12 do documento que refere o encontro com o Grupo Sonae referindo o Deputado a grandiosidade do grupo, a valência do mesmo na transformação de derivados de madeira e a existência no concelho de biomassa para que o Executivo não deixe de capitalizar esta valência do grupo.-----

No uso da palavra, o *Deputado David Martins* efetuou o enquadramento sobre a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara municipal em relação aos processos judiciais e sobre as adjudicações para acusar o Executivo de falta de verdade nas afirmações proferidas em sessão anterior, considerando que a Vereador *Sónia Salomé* “faltou à verdade” quando afirmou que o Conselho Municipal da Educação mandou fechar a escola de Podence por falta de segurança das crianças por causa do turismo e que o Vereador *Paulo Rogão* omitiu na sessão da Assembleia Municipal anterior, que tinha conhecimento de outra dívida das águas, acrescentando que “para evitar situações iguais informo, que haverá outras dívidas na calha para saírem quando se sentirem apertados de modo a desviar as atenções”, disse. Esta última foi para amolecer o fecho da escola de Podence as outras serão por qualquer motivo do género e passo a citar: “processo n.º 257/13.7 no valor de 45.388,72 euros, processo nº362/15.5 no valor de 228.616,70 euros. Dirigindo-se ao líder do Executivo solicitou que este “encare e viva o concelho acima de tudo. Um Presidente de Câmara não é só uma figura institucional que marca presenças nas inaugurações, visitas nacionais e internacionais. Um Presidente tem de lutar pela sua terra, pela sua gente, tem de se saber bater o pé ao poder central pela sua gente, tem de dar o murro na mesa quando alguém



quer fechar o serviço porque se esse serviço não tem condições o Sr. Presidente tem de as arranjar e não acabar com ele, como fez com a escola de Podence”. Para finalizar a sua intervenção, solicitou ao Executivo explicações quanto ao procedimento n.º 34/2022, um ajuste direto para a aquisição de materiais de construção para o edifício dos Paços do Concelho e relativamente ao procedimento n.º 27/2022 relativo a “aquisição de serviços de fiscalização da empreitada de reabilitação do Mercado Municipal de Macedo de Cavaleiros e as entidades que foram convidadas uma é os Bombeiros de Faro, outra uma empresa chamada Salvaquático e outra Obisalva. Estas últimas com um CAE que diz respeito a atividades de diversão e recreio. Deve haver aqui um erro neste procedimento”, adiantou. ---

Para responder à questão sobre o encerramento do jardim-de-infância de Podence usou da palavra a Vereadora *Sónia Salomé* que passou a explicar os procedimentos adotados e a “verdade dos factos”: “Quando me deparei com a situação, já aqui explicada e amplamente debatida, e mediante a conversa com o Sr. Delegado Regional, que afirmou perentoriamente que era incompatível, por questões de segurança e outras, a co-habitabilidade de alunos e adultos no mesmo espaço e como deve ser, e como todas as medidas da educação devem ser tomadas, o assunto foi levado, por mim, ao Conselho Municipal de Educação em sessão extraordinária, onde estão representadas várias entidades nomeadamente a Associação de Pais, os professores, o Agrupamento de Escolas, a CCDR-N, a saúde, a ação social. O que disse nessa sessão foi que havia problemas de segurança, uma vez que já existiam ali umas casas de banho públicas e que iria ser construída uma oficina de artesanato na segunda sala. O edifício tem duas salas, uma onde é ministrada a componente letiva e a outra sala onde iria ser construída a oficina. Esclareci e questionei se havia dúvidas. São pessoas que representam instituições, foi uma reunião aberta e perguntei duas vezes se havia dúvidas. Não me venham dizer que as pessoas nomeadas não têm capacidade ou têm algum problema, em sede própria, em colocar questões porque eu disponibilizei-me para responder. Quando eu falo no “superior interesse das crianças” e ter uma oficina a par da escola onde entram diariamente turistas não é uma questão de segurança? Para mim é. A proposta que eu levei, porque a decisão não foi nem minha, nem deste Executivo, que não quer fechar escolas, pelo contrário, já que este Executivo está, em paralelo a trabalhar na Carta Educativa para que haja a possibilidade de reabrir outra escola para que as crianças ganhem tempo e os 20 minutos se cumpram. Essa possibilidade está a ser trabalhada com a DGEsTE. A reunião a que o Sr. Deputado se refere, que está referida na informação escrita, em nada teve a ver com este assunto mas sim com a equipa de projetistas da DGEsTE que foram verificar as salas



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

que serão necessárias para efetuar a separação de ciclos no Polo 1, onde funcionam o primeiro e o segundo ciclo, para tecnicamente validarem o projeto e para alocar um milhão de euros para as obras que serão necessárias para efetuar a separação para ai criar condições dignas. -----

Usou da palavra o Vereador *Paulo Rogão* para responder à interpolação do Deputado *João Fragoso*, no âmbito da reunião com o Grupo Sonae que explicou ter acontecido direcionada para o investimento na Zona Industrial na vertente energética com o objetivo de criar uma Comunidade de Energia Renovável (CER) para que as empresas situadas na Zona Industrial possam beneficiar com energia mais acessível ainda com contrapartidas muito favoráveis para a Zona Industrial. Ao Sr. Deputado *David Martins* e restantes membros da Assembleia Municipal lançou o repto: Vão ver as informações escritas dos Executivos anteriores a ver se estavam elencados os processos judiciais contra a Câmara, as adjudicações e outros. Se há transparência é com este Executivo e pelo anterior que mudou radicalmente a informação escrita prestada aos membros da Assembleia Municipal. Todos temos erros e lapsos, mas não acontecem com a intenção de enganar. Era bem melhor que esses processos tivessem absolvido a Câmara Municipal e não termos pago 108.891,12 euros por juros não liquidados neste período. A segunda questão, a propósito das obras de reabilitação do edifício dos Paços do Concelho, uma candidatura a um programa da CCDR-N, mas também tem fundos próprios, ou seja, a Câmara financia, sem recorrer a outras candidaturas, e este ajuste no valor de 12.000,00 euro, diz respeito à colocação de *pladur* porque entendemos que após a intervenção algumas salas não ficaram como gostaríamos e fizemos alterações. Para isso recorreremos a um fornecedor local, tendo sido feito um ajuste direto, de acordo com o código da contratação pública. Esta intervenção nada tem a ver com o encerramento, ou não, da candidatura.” Esclareceu. Em relação à assistência técnica e ao convite dirigido a empresas que podem não ter o CAE para os serviços contratados, o Vereador explicou: “o concurso em causa tem a ver com a assistência a banhistas durante o período balnear na Albufeira do Azibo e a lei determina que só possam ser convidadas empresas certificadas pelo Instituto de Socorro a Náufragos. As empresas referidas estão certificadas por este instituto e enquadram-se no critério definido no caderno de encargos, tendo sido efetuada adjudicação à empresa que apresentou melhor proposta”. -----

Usou da palavra a Vereadora *Sónia Salomé* para responder à Deputada *Maria da Assunção Gemelgo* acerca do Gabinete de Apoio aos Migrantes Ucranianos, começando por referir que este foi criado para acolher da melhor forma os migrantes vindos da Ucrânia, tendo o



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

trabalho inicial sido desenvolvido por técnicos do Município e dos Contratos Sociais de Desenvolvimento (CLDS), em conjunto com as entidades de acolhimento nomeadamente o Convento de Balsamão e as Irmãs Servas Franciscanas, Inicialmente chegou um grupo de 23 pessoas, que foi de imediato acolhido em Balsamão, local que reunia condições de acolhimento com dignidade, e com capacidade para fornecer refeições. O Município colocou transporte à disposição, proporcionando uma visita à cidade e aos locais de interesse. A integração em Balsamão foi boa, mas alguns deles decidiram, passado algum tempo, ir embora.” Os Refugiados foram encaminhados através do protocolo com o Alto Comissariado das Migrações e da Segurança Social e proporcionamos-lhes aulas de português e de inglês, ministradas pelos nossos professores das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC`s). Em paralelo, os técnicos do Município, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Migrante e a Associação Colmeia, encetaram ações para a sua integração no mercado de trabalho. Do grupo inicial, sete usufruem do Rendimento Social de Inserção (RSI), uma medida temporária até que ingressem no mercado de trabalho, cinco já estão inscritos no IEFEP para serem integrados no âmbito do Contrato Emprego Inserção + (CEI+). Um deles recusou uma oferta de trabalho e existe ainda um casal com o qual ainda não conseguimos trabalhar porque está com problemas de documentação o que dificulta o tratamento dos processos quer ao nível do RSI, quer das ofertas de emprego. Havia ainda uma senhora, mãe de uma jovem de 15 anos que ainda frequentou a escola. Um processo inicial difícil, pelo entrave da língua, mas com bons resultados de inserção. Os Refugiados, que chegaram até nós, foram acompanhados pelo Gabinete desde o início e continuam a ser. Os que foram embora foram também acompanhados até ao local e destino”. -----

Ponto 2.2 - Documentos previsionais de 2022 – Alteração Modificativa - Proposta: Deliberação nos termos do disposto no n.º 1 alínea a) do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013;

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de sete de junho de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

Modificação dos Documentos previsionais do ano 2022/ Proposta: Deliberação -----
Presente a informação nº 56/2022 da Unidade de Finanças, datada de 02-06-2022, que se transcreve. -----

“Presente a 8ª modificação aos documentos previsionais do ano 2022, composta: -----

- i. 3ª Alteração modificativa ao orçamento da receita; -----
- ii. 3ª Alteração modificativa ao orçamento da despesa; -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

iii. 3ª Alteração modificativa ao plano de atividades. -----

Informa-se: -----

i. Alteração modificativa (revisão) ao orçamento da receita: -----

Contempla o aumento de dotação nas rubricas: -----

- “Ocupação de via pública” na qual se insere a cobrança das taxas de “esplanadas”; -----

- “Aluguer de espaços e equipamentos” concerne aos espaços e equipamentos existentes na Albufeira do Azibo. -----

ii. Alteração modificativa (revisão) ao orçamento da despesa: -----

Esta alteração incorpora exclusivamente as rubricas orçamentais do plano de atividades. ---

iii. Alteração modificativa (revisão) ao plano de atividades: -----

Contempla: -----

a) O reforço de dotação de ações / projetos já contemplados no plano inicial, nomeadamente “Gás” e “Aquisição de serviços para edifícios municipais”; -----

b) O reforço em 2022 e a dotação de anos seguintes da ação / projeto “aquisição de viaturas ligeiras em regime de aluguer”; -----

c) Uma ação / projeto novo “Incentivo ao comércio tradicional”. -----

O documento cuja referência se designa “grandes opções do plano” tem vertido a alteração do plano de atividades. -----

Deliberação: A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta referente à 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2022 e, para efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o Deputado *José Madalena* tendo manifestado que neste ponto e em coerência com a posição relativamente a alterações orçamentais anteriores, “enquanto não virmos as freguesias com as suas legítimas pretensões, aqui beneficiadas manteremos a nossa posição de abstenção”, referiu. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 31 votos a favor, 1 voto contra e 29 abstenções, aprovar a informação nos termos apresentada. -----

Pediu a palavra o Deputado *Manuel Afonso Gomes Reis*, membro eleito pelo PSD para proceder à manifestação de voto. Este, no uso da palavra referiu ter votado contra pelo facto da Freguesia de Corujas continuar fora do orçamento 2022. “Na Assembleia do dia 24 de fevereiro o Sr. Presidente da Câmara assumiu que iria englobar as restantes freguesias



neste orçamento. Na última Assembleia Municipal foi-me dito, pelo Sr. Vereador Rui Vilarinho, que afinal só seriam inseridas em 2023. Questionando se Corujas ainda estará inserida em 2022? Se sim, quando. Se não solicito que esclareça os Corujenses”, disse. ----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder ao Deputado *Miguel Reis* tendo referido existe já um investimento para Corujas, que as outras aldeias não têm, que já se encontra adjudicado. “Espero agora que retire a declaração de voto com base na informação que lhe estou a dar e que é verdadeira. Ainda não há contrato assinado, mas já está adjudicada”, adiantou. -----

Ponto 2.3- Área Protegida do Maciço de Morais/ Proposta de Classificação/ Declaração de Interesse Municipal nos termos da alínea k), n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dez de maio de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

“ ÁREA PROTEGIDA DO MACIÇO DE MORAIS – PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO: DELIBERAÇÃO -----

Presente a informação nº 82/2022 do Sector Divisão de Cultura e Turismo, datada de 04-04-2022, que se transcreve. -----

“O Maciço de Morais é uma estrutura geológica centrada nos municípios de Macedo de Cavaleiros e de Mogadouro e com menor representação nos municípios de Bragança e Vimioso. -----

As rochas e as estruturas geológicas que constituem o Maciço de Morais são importantes para a compreensão da evolução do planeta num período antigo da sua história. O valor científico e educativo do Maciço de Morais tem sido alvo de grande atenção por parte de investigadores nacionais e internacionais. Para além dos trabalhos de campo desenvolvidos pelos investigadores, o Maciço de Morais recebe frequentemente a visita de grupos enquadrados em congressos científicos nacionais e internacionais, ações de formação e visitas de estudo com alunos universitários e do ensino secundário. -----

A relevância científica do Maciço de Morais foi reconhecida internacionalmente pela UNESCO aquando da integração do Geoparque Terras de Cavaleiros no programa Geoparques da UNESCO, um dos seus três programas internacionais, a par do Património Mundial e da Reserva da Biosfera. -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Apesar da classificação enquanto Geoparque UNESCO constituir uma marca de valor internacional, esta não confere um estatuto de proteção, devendo essa proteção ser assegurada pela entidade gestora através dos mecanismos legais de âmbito nacional. Após a integração do programa Internacional da UNESCO, os processos de revalidação insistem na necessidade de assegurar a proteção legal do património geológico. Para além do cumprimento das recomendações da UNESCO, a classificação do Maciço de Morais enquanto área protegida, garantirá também a maior visibilidade e promoção desta área com elevado valor patrimonial, não só no Geoparque mas também nos restantes municípios. ----

Atendendo ao tipo de património e características do Maciço de Morais consideramos, nesta fase preliminar, ser adequada a atribuição da classificação de Monumento Natural, mas admite-se que após estudo mais detalhado possa ser considerado a tipologia de **Área Protegida**. O facto de a proposta de classificação assentar no valor do património geológico, não são previsíveis condicionantes ou limitações ao uso da terra, pois pretende-se essencialmente a preservação de alguns locais específicos situados no Maciço de Morais. Numa primeira fase e de acordo com a resposta dada pelo ICNF a uma primeira abordagem (que anexamos), a classificação a obter deverá ser de âmbito regional. Contudo, consideramos que o valor do Maciço de Morais justificará, posteriormente, a candidatura a área protegida de âmbito nacional. Existem hoje sete Monumentos Naturais de âmbito nacional, cinco deles para a proteção de jazidas de dinossauros como é o caso do conhecido Monumento Natural de Ourém-Torres Novas que acolhe, anualmente, largos milhares de visitantes. -----

A classificação do Maciço de Morais constituirá um instrumento fundamental para a gestão do Geoparque Terras de Cavaleiros e dará resposta à solicitação da UNESCO. -----

Atendendo a que o Maciço de Morais se estende para os municípios vizinhos do Geoparque, em especial para Mogadouro, a sua classificação poderá também beneficiar a promoção da região, baseada na excelência e raridade deste tipo de património natural que é cada vez mais procurado. -----

Perante o exposto a classificação do Maciço de Morais como **Área Protegida** é fundamental para a preservação da geodiversidade e do raro património ali existente e constitui uma excelente oportunidade de promoção do território, pelo que se propõe a sua classificação.”--

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, atenta aos factos constantes da informação, por unanimidade dos presentes, delibera reconhecer este projeto como de interesse Municipal, por quanto a sua execução contribui para o desenvolvimento económico de concelho. Mais foi deliberado, propor que a Assembleia Municipal emita deliberação de igual reconhecimento.” -----



Abertas as inscrições, usou da palavra a Deputada *Jacinta Lopes* que começou a intervenção referindo a importância de perceber os assuntos sobre os quais são tomadas decisões e, nesta informação, sendo o território do Maciço de Morais vasto, mas não referido na informação, esta classificação que agora é regional mas que se pretende venha a ser de outra forma, significa que poderá vir a inviabilizar o uso do solo para algumas utilizações nomeadamente as questões agrícolas e as estruturas de apoio à agricultura? Questionou considerando que com esta alteração e posterior alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) não se poderá voltar atrás pelo que as juntas de freguesia das áreas envolventes devem avaliar, ver quais as zonas e se não irá existir interferência no desenvolvimento destas, alertou. “O ambiente é importante, a história é importante, mas o desenvolvimento das nossas freguesias também é e devemos ponderar as situações”, acrescentou. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder à questão colocada. -----

No uso da palavra o líder da autarquia referiu que a classificação agora requerida é mais uma valorização para proteger o Maciço tratando-se de uma zona muito agreste e pouco rica em termos agrícolas e que interessa proteger em termos geológicos e de flora, onde cresce uma planta única no mundo, a arméria. A declaração de interesse municipal será um instrumento a ser utilizado em potenciais candidaturas e mapeamento. Considerando não ser necessária mais informação. -----

DELIBERAÇÃO: Pelos mesmos fundamentos da deliberação da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 59 votos a favor e 2 abstenções, reconhecer o projeto de interesse municipal. -----

Ponto 2.4. Exercícios Económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025/ Nomeação de Auditor Externo responsável pela Certificação Legal das Contas do Município, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de sete de junho de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----



“Procedimento n.º 39/2022 – Consulta Prévia – Aquisição de Serviços de Auditor Externo, para os Exercícios Económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025 – Relatório Final”:

Deliberação -----

Presente a informação n.º182/22 do Setor Secção de Contratação Pública datada de 31-05-2022, que se transcreve. -----

“Decorrido o prazo de audiência prévia, e não tendo havido reclamações, o Júri do procedimento reuniu, dia 27 de maio e elaborou o relatório final que se anexa. -----

Assim sendo, propõe-se: A homologação do Relatório Final, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos, no qual se propõe a adjudicação ao concorrente: Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda. – NIPC: 507111931, pelo valor de 55.960,00€ (cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta euros), acrescidos de IVA À taxa de 23%, cujo prazo tem início após a celebração do contrato escrito e vigora até à apreciação, por parte do órgão deliberativo, da prestação de contas do exercício de 2025. --

- Aprovar, comunicação de decisão de adjudicação (n.º 1 do Código dos Contratos Públicos (CCP); -----

Que sejam solicitados os documentos de habitação, conforme ponto 7 do convite; -----

Que seja aprovada a minuta do respetivo contrato.” -----

A Diretora de Departamento de Obras e Gestão Urbanística deu o seguinte parecer:

“Concordo.” -----

O Vereador Paulo José Castro Rogão em 01-06-2022 proferiu o seguinte despacho: “Nos termos do artigo 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nomear o auditor externo. -----

Perante a informação decido homologar o relatório final e, para os efeitos da disposição legal antes referida, proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de ratificar este despacho e remeter o processo, à Assembleia Municipal, para nomeação do auditor externo como é proposto no referido relatório final.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho do Sr. Vereador Paulo José Castro Rogão datado de 01-06-2022, que homologa o relatório final de adjudicação de Aquisição de Serviços de Auditor externo, para os exercícios económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025 a Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda. e, nos termos do artigo 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual e submeter a proposta de nomeação a apreciação da Assembleia Municipal. -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Handwritten signature and initials in blue ink.

Abertas as inscrições pelo Sr. Presidente da Assembleia inscreveu-se o Deputado *Fernando Gomes*, membro eleito pelo PS. -----

O Deputado Fernando Gomes, no uso da palavra, manifestou a satisfação pela continuidade da parceria com a entidade auditora que tem dado provas ao longo dos últimos anos de isenção, seriedade, rigor no trabalho realizado e disponibilidade para prestar esclarecimentos quando solicitado, não se limitando o mero envio de relatórios. Manifestando, pelos argumentos explanados o seu voto favorável, sem reserva, da proposta do Executivo para a sua nomeação. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 60 votos a favor e 1 abstenção, deliberou, nos termos propostos no relatório final, aprovar a nomeação do concorrente Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda. -----

PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, deu conhecimento que tinha na Mesa um pedido do munícipe **Rui Pacheco**, para abordar a questão de um processo administrativo de uma propriedade sua. -----

APROVAÇÕES EM MINUTA-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois ponto dois, o dois ponto três e o dois ponto quatro. Foi aprovada também em minuta a “Moção Sobre a decisão de Encerramento do Jardim-de-Infância de Podence” apresentada pelo grupo parlamentar do PSD lida pelo Deputado Daniel Filipe Espírito Santo Ramos Pires, subscrita pelos grupos parlamentares do CDS-PP e dos “Unidos por Macedo. -----

Eram vinte e uma horas, e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Camilo Morais
João Vitor
Elis Maria



ANEXOS

I - Moção Sobre a Decisão de Encerramento do Jardim de Infância de Podence”.
Apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e subscrita pelos Grupos Parlamentares do UPM e do CDS.

MOÇÃO SOBRE A DECISÃO DE ENCERRAMENTO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE PODOENCE

Considerando ser do conhecimento público a intenção da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros de encerrar o Jardim de Infância de Podence e transportar as crianças para o Polo Escolar da cidade;

Considerando que o Jardim de Infância de Podence é frequentado por doze crianças e funciona como polo agregador de um conjunto de 16 aldeias da zona norte do concelho, com um circuito de transporte escolar a iniciar-se na aldeia de Arcas às 07h40 da manhã, passando por Ferreira, Murçós, Espadanedo, Valongo, Edroso, chegando a Podence por volta das 08h30;

Considerando esta circunstância já bastante penosa para crianças de tão tenra idade, acrescentar ao percurso passagens em Santa Combinha, Gradíssimo, Nogueirinha até chegar a Macedo de Cavaleiros, por volta das 08h50, em nada contribui para o bem-estar dessas crianças;

Considerando que este Executivo ignorou assim o prescrito na Carta Educativa do concelho, no que concerne aos critérios de planeamento (irradiação), que prevê um tempo máximo de transporte aceitável de 20 minutos, no caso de crianças do pré-escolar;

Considerando que o argumento do “superior interesse das crianças” é falacioso, pois o encerramento do jardim de infância de Podence sujeitará as crianças a tempos de transporte diário inaceitáveis, e, melhor que ninguém, os pais das crianças sabem o que é mais adequado para os seus filhos e contestam vivamente a decisão do Município, que não teve o bom senso de os ouvir e fazê-los sentir parte integrante desta tomada de decisão.

Considerando que o argumento utilizado da “segurança das crianças” só se colocou depois de a Câmara Municipal ter, ela própria, construído casas de banho públicas dentro do espaço escolar, utilizando depois esse facto para pedir o encerramento do jardim de infância;

Considerando legítimo o propósito do Executivo Municipal de criar uma oficina de artes nas proximidades da Casa do Careto, deveria ter considerada uma de duas hipóteses: a coexistência no mesmo espaço do jardim de infância e da oficina de artes, devidamente separados, ou aceitar a cedência gratuita por parte de uma família de Podence, de um espaço adequado, por um período de vinte anos e sem qualquer encargo para o município, para a referida oficina de artes.

A decisão de encerramento do jardim de infância de Podence vem criar cada vez mais dificuldades a quem mora nas aldeias do norte do concelho e conseqüentemente abre um precedente para o futuro encerramento de outros jardins de infância existentes nas



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

nossas aldeias, como Vale da Porca, Chacim ou Morais, conduzindo cada vez mais para a desertificação e abandono das nossas aldeias.

Em função do exposto, solicitamos ao Executivo Municipal a reversão desta decisão, reconhecendo que foi um erro.

Macedo de Cavaleiros, 17 de junho de 2022

O Grupo Parlamentar do PSD de Macedo de Cavaleiros

Paulista
Pl grupo parlamentar UPM
Manuel José Machado Aírio
João - ta da - Catarina da f



II - Intervenção do Deputado Municipal João Manuel Rodrigues Alves, membro do Grupo Parlamentar do PS.

“Jardim-de-infância de Podence, e a verdade vem sempre ao cimo como o azeite!

Pois bem, este é o local certo para se repor a tal verdade, a verdadeira verdade dos factos e não a verdade subjetiva de alguns.

Aqui é que é o local indicado, não é nas redes sociais.

A verdade é que esta fotonovela, não teve nada a ver com o fecho do jardim-de-infância de Podence!

A verdade é que toda esta encenação e burburinho em torno disto, foi apenas uma tentativa de aproveitamento político por parte do PSD, cujos dirigentes se aproveitaram do facto de uma ou duas mães de crianças que agora frequentam o jardim, se terem queixado para tentar dar uma ferroada no PS, calhava até mesmo bem, atingia-se a Câmara e a Junta de uma assentada. Tenho pena e estou solidário com as mães das crianças, acredito que o fizeram com boas intenções, embora talvez por desconhecimento de causa, não tenham procedido de forma correta, e lamentavelmente acabaram sendo usadas por outros interesses.

Pois bem, dito isto, vamos então relatar a verdade dos factos.

O Jardim-de-infância de Podence, fechou porque nas condições atuais, não faz sentido estar aberto, e teria que fechar, se não fosse este ano seria no ano que vem, este ano iria funcionar com 6 crianças e 3 adultos para delas se ocuparem. 1 Criança das Arcas, 1 de Espadanedo, 1 de Valongo, 1 de Ferreira, 1 de Comunhas, e 1 de Santa Combinha. Não me parece, nem a mim, nem à Câmara que seja uma correta gestão de dinheiros públicos, e também não o pareceu ao Conselho Municipal de Educação, que votou por unanimidade pelo encerramento.

Fechou porque segundo o que me foi explicado, vai efetuar-se uma reorganização, na qual os alunos do 3º e 4º ciclo vão passar para o antigo ciclo, e o polo vai ficar só para os do infantário, havendo assim condições para albergar todos os alunos.

Poderia ter-se mantido mais um ano? Talvez, mas era inevitável o encerramento e como é sabido, existe uma candidatura aprovada, que contempla a criação de uma oficina do Careto, que vai utilizar parte do edifício da escola, e que tem que ser concluída a breve prazo, candidatura essa que faz parte da cláusula de salvaguarda para manutenção do selo da Unesco ao Entrudo Chocalheiro.



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

Ora acontece que quando essa candidatura foi feita, O PSD, incluiu a construção da oficina numa casa privada, pertencente à família do Sr. Presidente da Associação de Caretos, construindo ainda em anexo umas casas de banho públicas.

Como eu estava à frente dos destinos da Junta, mas não fui tido nem achado, na elaboração do projeto, quando no ano seguinte, houve mudança de Executivo na Câmara, passei a ter acesso a questões que se passavam na minha Freguesia mas que me eram completamente ocultadas, fiquei estupefacto, como é que alguém podia sequer sonhar em utilizar dinheiros públicos, para utilizar em propriedades privadas?

Logicamente que não concordei com esse facto, e tratei de o fazer saber a quem de direito. Mas mais estupefacto fico ainda, quando vejo que os atuais dirigentes do PSD, concordam com os que cometeram esta erro de palmatória, pois aproveitaram logo para vir apregoar nas redes sociais, que a culpa de fechar o Jardim não era da criação da oficina, pois havia quem disponibiliza-se um espaço com um contrato a 20 anos.

Meus amigos, eu tenho uma casa na Freguesia que ficava um espetáculo, arranjadinha, não me importo de a ceder por 20 anos, se ma recuperarem, e é claro que agradeço que me deixem ficar com a chave. Existem vários candidatos na Freguesia que também se disponibilizam, até existe um que não tem herdeiros e que a deixa à Junta!

Infelizmente, edifícios públicos não há assim tantos, e quando sugeri esta opção, desconhecíamos, tanto eu como a Dra. Aurora da Desteque, o António Carneiro da Associação, a Sra. Vereadora Elsa Escobar, a Patrícia Cordeiro que elaborou a candidatura, que não podia haver partilha das instalações com os alunos.

A projeção que foi feita, foi elaborada pensando em construir uma divisória física, através da qual haveria uma completa separação da parte do infantário e da oficina, mas pelos vistos, ainda assim não seria compatível.

Mas vamos às verdadeiras razões que criaram este espetáculo mediático, pois as pessoas devem ser esclarecidas.

Em primeiro lugar, um problema desta natureza, não se resolve nas redes sociais, nem se chamam televisões sem antes se falar com os responsáveis.

Será que quem tratou de conduzir o processo desta forma, estará mesmo preocupado com o fecho do Jardim? Ou será que tem interesses próprios que colidem com a abertura da oficina do Careto?

Em segundo lugar, a ansia de malhar no Presidente da Junta é tanta que se atropelam nas intervenções que fazem e contradizem-se, reclamam que o Presidente devia estar na manifestação, quando na realidade não queriam lá pois nem me informaram. Logo não tenho dúvidas nenhuma que este também era um objetivo. Aliás cruzaram até uma linha,



Cij
22
eli

na qual me faltaram ao respeito, e não sei se ponderarei, tomar outras atitudes, vou pensar se vale a pena, pois os prazos são dilatados. Enfim, no fundo até os entendo, deve haver ali ressentimentos muito recalcados.

Em terceiro lugar, e porque não tenho dúvidas que isto foi congeminado pelos cérebros locais, e que a concelhia foi a reboque, vou aqui deixar uma nota para tentar esclarecer umas cabeças que andam meias confusas.

Tentaram neste processo entalar-me entre o fecho do Jardim e a construção da Oficina. Ou seja, se não se fecha-se o Jardim, não se construía a oficina, pelo menos naquele local. Ou então, fechava-se o jardim, mas o culpado seria eu, porque para beneficiar o turismo e os caretos, até fechava o jardim.

Pois bem, meus amigos, decidam-se. Afinal eu gosto ou não gosto dos Caretos?

Digo isto, porque sou acusado, provavelmente por estes e por outros intervenientes de que não gosto dos Caretos!

Até mensagens anónimas repletas de raiva e de ódio recebo, sempre que participo nalguma atividade relacionada com os Caretos.

Então não gosto deles e passo a vida a ajudá-los?

Há aqui um contrassenso que não consigo entender.

Mas para vos esclarecer definitivamente, vou dizê-lo aqui publicamente e espero que de uma vez por todas.

Gosto muito dos Caretos, vou sempre tentar ajudar a colocá-los cada vez mais alto, e a atingir novos patamares, mas atenção, há uma linha que nunca vou ultrapassar, não alimentarei situações em que me pareça que o que está em jogo não é o interesse público.

Agora vou virar-me para os dois representantes do PSD concelhio, que tiveram a infeliz ideia de participar na manifestação em questão.

Eu até entendo que estejam tão preocupados com o fecho deste jardim.

Afinal, desta lista que aqui tenho na mão, desde 2005 até à presente data, este é um caso raro, foi encerrado pelo PS. Todos os outros 10 jardins-de-infância e 44 escolas primárias foram todas encerradas pelo PSD.

Aliás, até este de Podence também já foi encerrado pelo PSD, ainda antes desta data. É também verdade que foi o PSD que o reabriu, atendendo a um pedido meu em 2003, processo em que a Eng^a. Sílvia Garcia, entendeu os meus argumentos pois eu era Presidente da Junta de Santa Combinha, e como residia em Podence, e a alternativa era levar o meu filho a Lamas todos os dias, e como o Jardim de Podence tinha melhores condições que o de Lamas e havia na altura 15 crianças para frequentar, este voltou a abrir. Tenho aqui a prova que pode comprovar o que digo.



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Mas já agora pergunto eu, o que é que vocês, que agora estão tão preocupados, fizeram para impedir o fecho destes 45 estabelecimentos?

Onde andavam?

É que pelo que me parece, creio não estar equivocado, nesta data vocês já tinham responsabilidades políticas.

Será que na altura não convinha estar contra a Câmara?

Neste processo nós erramos?

Não sei, o futuro o dirá, mas certamente não se tomam estas decisões com o intuito de prejudicar ninguém, por isso quando quiserem fazer política, façam-no com seriedade e acima de tudo com verdade”.